



Índice

- 01** Jogos Indígenas da Capital devem reunir seis etnias no Parque Ayrton Senna
- 02** Índios caiapó terão acesso a programas de habitação rural no PA
- 03** 'Lu' representará os ruralistas e indígenas
- 04** AGU confirma na justiça a expropriação de imóvel rural demarcado como Terra Indígena pela Funai
- 05** Criança indígena sofre agressão dentro de casa
- 06** UNIFAL-MG recebe visita de Aldeia Indígena Xucuru-Kariri
- 07** Dep. Aldo Schneider fala sobre remarcação de terras indígenas
- 08** MPF ingressa na justiça por direito de resposta contra Diário Catarinense
- 09** Justiça garante medidas protetivas à idosa indígena contra filho, em RR
- 10** Gean Ramos – Uma voz indígena na música brasileira – dia 20, na Sala Baden Powell, com participação super especial de Altay Veloso
- 11** Ação atende 989 indígenas em aldeias de Sidrolândia
- 12** Carta pública da Apib aos candidatos e candidatas à Presidência da República
- 13** Leilão da usina de São Luiz do Tapajós: o governo mentiu para os Munduruku
- 14** Saúde mental indígena em pauta
- 15** MA – Comunidade Forquilha vive dias de terror



-
- 16** Anulada a demarcação do maior território quilombola do Estado
 - 17** Judiciário de Rondônia inicia atendimento itinerante no Vale do Guaporé
 - 18** Número de queimadas em terras indígenas de MT tem aumento de 68%
 - 19** Evento discute a relação dos povos indígenas com a universidade, em PE
 - 20** Cras visita remanescentes quilombolas
 - 21** Indígenas do Tocantins participam de encontro com Marina Silva
 - 22** Chico Rodrigues promete que HGR terá capacidade ampliada
 - 23** Teles Pires: empresa terá que consultar índios para construção de usina
 - 24** Aborto e índios estarão na pauta do debate de hoje promovido pela CNBB
 - 25** Proerd beneficia estudantes de áreas indígenas do Oeste de Santa Catarina
 - 26** TRE-AM aprova pedido de segurança para Tefé após protestos de indígenas
 - 27** Cresce participação de candidatos e eleitores indígenas no Brasil
 - 28** MPE recomenda suspensão do licenciamento de pequenas centrais hidrelétricas
 - 29** Indigenistas querem mais 66 milhões de hectares de Terras Indígenas
 - 30** Igreja Católica pressionará candidatos sobre a Questão Indígena



Jogos Indígenas da Capital devem reunir seis etnias no Parque Ayrton Senna
SÍTIO RONDA DO MS, 15.09.2014

Campo Grande recebe dia 21 de setembro a 9ª edição dos Jogos Urbanos Indígenas, com competições nas modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco e flecha, lança e cabo de guerra. A competição acontecerá no Parque Ayrton Senna a partir das 8h, com a abertura oficial marcada para 10h.

As inscrições podem ser realizadas na sede da Fundação Municipal de Esporte (Funesp), que realiza os jogos junto com a Prefeitura de Campo Grande. A competição, tradicional evento esportivo da Capital, envolve as comunidades indígenas em competições esportivas e também jogos de tipicamente indígenas, que servem para resgatar as tradições das aldeias.

Foram convidadas as etnias terena, Guató, Kinikinau, Guarani-kaiwá e Kadiwéu, além das etnias Xavante e Bororó, oriundos de Mato Grosso. O líder das comunidades indígenas de Campo Grande, Adierson Venâncio, acredita que os jogos representam a integração, o resgate da cultura e da tradição indígena.

“Os jogos são uma forma de ficarmos sabendo como estão os indígenas, o que eles estão fazendo, se estão em Campo Grande, se estão estudando ou trabalhando. Serve para integrar e interagir nossa população”.

A Funesp fica na rua Paulo Coelho Machado, 663, bairro Santa Fé.



Índios caiapó terão acesso a programas de habitação rural no PA

SÍTIO UOL, 15.09.2014

Indígenas da etnia caiapó, da aldeia Gorotire, localizada no município de Cumaru do Norte, no sul do Pará, receberão a partir da próxima semana a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar.

O documento beneficiará 67 famílias da comunidade, que poderão assinar contrato com a Caixa Econômica Federal e, conseqüentemente, ter acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural.

A declaração também garante acesso da população indígena a outras políticas públicas, como os programas Pnae (Nacional de Alimentação Escolar) e de PAA (Aquisição de Alimentos), além da aposentadoria.

Outras 33 famílias da aldeia Gorotire, que fica a 60 km da sede do município, deverão ser contempladas com o documento ainda neste semestre. A emissão das DAPs, segundo a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará), atende a uma solicitação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Ao todo, 30 declarações estão em fase de elaboração para beneficiar famílias das comunidades de Versas, Hermínio Brito, Mate Verde e Araguaxim, com a finalidade de acesso ao crédito rural para incentivo à pecuária leiteira e piscicultura. (Com Agência Pará de Notícias)



'Lu' representará os ruralistas e indígenas

SÍTIO JLNEWS, 15.09.2014

Ex-vereadora de Douradina, região sul de Mato Grosso do Sul, Lucilene Kerches de Menezes Barroquiel, a 'Lu' (PMDB), concorre para deputada federal. Engenheira agrônoma, cursando o 10ª semestre de Direito, quer representar e defender os direitos da classe no Congresso Nacional.

'Lu' também defende os direitos dos povos indígenas. "Quero ser a voz dos indígenas e levar a atual realidade das aldeias para Brasília. O índio precisa de dignidade, a Funai está inerte, não tem projetos de qualidade de vida, não tem projeto de reflorestamento para as aldeias, é preciso que se faça algo por eles", discursou.

Como vereadora, 'Lu' desempenhou um papel de oposição na Câmara Municipal de Douradina, foi responsável por diversas emendas, principalmente para o asfalto e infraestrutura do município. "Tenho compromisso, vou honrar o voto recebido, os sul-mato-grossenses serão bem representados em Brasília", finalizou.



AGU confirma na justiça a expropriação de imóvel rural demarcado como Terra Indígena pela Funai

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 15.09.2014

Já é quase um consenso tácito o fato de que imóveis rurais legalmente titulado em nome de particulares que sejam incluídos em terras indígenas pela Funai são mercedores de indenização, tanto pelas benfeitorias, quanto pela terra nua. Todos os candidatos dizem que indenizarão produtores rurais nesses casos. Ocorre que tal pagamento é ilegal. A Advocacia-Geral da União (AGU) acaba e confirmar uma expropriação de imóvel a título de demarcação.

Os advogados da AGU evitaram, na Justiça, o pagamento de indenização pela inclusão de uma propriedade de 3.870 hectares, localizada no município de Querência, no Mato Grosso no demarcação da Terra Indígena Wawi, às margens do Rio Suiá-Missu. A área seria de ocupação tradicional dos índios Suyá.

Um produtor rural ajuizou ação contra a Funai e a União, alegando que teria direito a indenização por ter parte de suas terras incluídas na terra indígena, devendo o valor ser apurado em perícia.

As Procuradorias Federal e da União no Estado do Mato Grosso (PF/MT e PU/MT) e a Procuradoria Federal Especializada junto à (PFE/Funai) alegaram que a demarcação não pode ser tratada como desapropriação indireta. Os advogados ressaltaram que o processo administrativo de demarcação transformou o imóvel do autor em bem público com o processo de demarcação, não gerando direito à indenização.

Ao decidir sobre o caso, a Seção Judiciária de Barra das Garças/MT confirmou os argumentos da AGU, reconhecendo que a demarcação anula os títulos de propriedade. "Não obstante o Estado do Mato Grosso tenha expedido título definitivo conferindo aos primeiros adquirentes da área o domínio em questão, a Constituição vigente à época já garantia a defesa das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios".

O detalhe é que a Terra Indígena Wawi é uma ampliação do Parque Indígena do Xingu. A ampliação de terras indígenas já demarcadas foi vedada pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão do julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Essas condicionantes foram estendidas a todos os advogados públicos através da Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União, que está vigente.

A Procuradoria Federal do Mato Grosso e a Procuradoria Federal Especializada da Funai são unidades da Procuradoria-Geral Federal, que são órgãos subordinados à AGU. Pela portaria 303 nenhum advogado público deveria trabalhar em causas de ampliação de terras indígenas.

Enquanto o Brasil tenta encontrar um marco legal que possibilite a indenização das terras privadas demarcadas pela Funai como forma de amenizar os conflitos no campo, a AGU trabalha no sentido oposto.



Criança indígena sofre agressão dentro de casa

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 15.09.2014

Marco Aurélio

Uma criança indígena, de apenas quatro anos, foi agredida pela própria mãe na madrugada de sexta-feira (12) com golpe na testa, desferido com uma panela de pressão. A agressão ocorreu na comunidade Canauanim, município do Cantá, a 35 quilômetros de Boa Vista, após uma discussão com o marido da agressora.

O delegado Maique Evelin autuou a mulher em flagrante pelos crimes de lesão corporal e abandono de incapaz. "A mãe da menina teria deixado as filhas em casa. Ao retornar, iniciou uma discussão com o marido e lançou uma panela de pressão contra ele, mas acertou na testa da filha", disse o delegado.

A mãe pagou fiança arbitrada pelo delegado Maique Evelin e foi liberada. O marido da indígena foi representado criminalmente por violência doméstica.



UNIFAL-MG recebe visita de Aldeia Indígena Xucuru-Kariri

SÍTIO UNIFAL-MG, 15.09.2014

O evento ocorrido no campus Poços de Caldas da UNIFAL-MG, no dia 05/09, contou com a presença de nove representantes da Aldeia Indígena Xucuru-Kariri provenientes da cidade de Caldas-MG. A visita é uma ação do programa de extensão universitária do ProExt 2014 por meio da equipe ABARÉ – Diagnóstico Ambiental Participativo, coordenada pela docente Adriana Imperador do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), campus de Poços de Caldas.

De acordo com a professora, esta proposta tem como objetivo levantar as principais demandas locais em relação aos problemas ambientais e contribuir com tecnologias desenvolvidas na Universidade, por meio da construção coletiva do conhecimento. Também participaram da visita, o secretário de Meio Ambiente de Caldas, Luiz Antônio Fonseca Teixeira, alunos, docentes e servidores do campus.

Os representantes da aldeia chegaram à Universidade por volta das 11 horas, quando iniciou-se os primeiros debates e apresentações culturais no auditório, onde o grupo ABARÉ se apresentou e introduziu as discussões sobre aspectos ambientais, culturais e técnicos que são abordados dentro da instituição federal. "Neste momento houve troca de informações entre os grupos, apresentações de dança típica e discussão do planejamento de apresentação da UNIFAL-MG", conta a coordenadora.

Ao meio-dia, o grupo almoçou no Restaurante Universitário com os demais alunos, promovendo a integração entre todos os presentes. E em seguida, apresentou-se novamente a céu aberto, na área externa ao R.U., espaço onde há grande circulação de alunos.

Após a refeição, a equipe seguiu até as instalações da Instituição para apresentá-las. "A biblioteca, as salas e os laboratórios foram apresentados, com explicações teóricas sobre os assuntos ali tratados no dia a dia dos alunos, demais funcionalidades de equipamentos e objetos", comenta Profa. Adriana, frisando que o laboratório de Geologia foi o que provocou maior interesse entre os membros da aldeia. "Diversos fatores associados ao estudo de fósseis e solos, acabaram por despertar o interesse dos observadores ilustres", afirmou.

Segundo a coordenadora do programa, os indígenas se mostraram bastante interessados e encantados com o universo da Universidade, sobretudo, uma criança indígena, de aproximadamente oito anos, que acompanhou a visita. "Este fato é muito importante, pois despertando o interesse de crianças abrem-se portas para que os indígenas frequentem cada vez mais as Universidades e integrem-se à sociedade", salientou.

A visita chegou ao fim às 15h, com uma reunião rápida, na qual cada membro do grupo ABARÉ pôde expor suas opiniões sobre a visita, bem como suas expectativas e breve roteiro com decisões finais do que se realizaria no dia seguinte, oportunidade em que o grupo visitaria a comunidade indígena Xucuru-Kariri, para coleta de dados técnicos e início do diagnóstico

CONT.



ambiental participativo, sendo esse o enfoque do grupo.

Aspectos abordados na visita:

- Importância da universidade: abordou-se a importância de uma universidade na formação de profissionais qualificados, para a execução de trabalhos que promovam melhorias sociais, ambientais e econômicas.
- Trabalhos desenvolvidos e suas aplicações: demonstrou-se alguns trabalhos básicos de melhorias ambientais, como estações de tratamento de água e sua importância, esquemas representativos e aplicações em diferentes ocasiões.
- Equipamentos mais utilizados e suas funções: foram apresentados diversos instrumentos técnicos, como instrumentos de medição e seus usos nos processos que são estudados em uma universidade.
- Estrutura Universitária: realizou-se a apresentação das estruturas físicas de todo o campus e as principais instalações.
- Planejamento: foram abordados os processos de planejamento para a construção de uma universidade e também para processos mais simples do dia a dia. Em conjunto, foi realizado o planejamento da visita técnica até a aldeia.
- Estrutura Organizacional da Instituição: explicações gerais sobre a organização da Universidade, funcionamento, regras e atividades.
- Uso Sustentável dos Recursos Naturais: neste item, buscou-se destacar as questões ambientais mais problemáticas presentes no cotidiano indígena e que podem ser evitadas com métodos simples, porém eficazes, como a gestão dos resíduos sólidos, recursos hídricos, proteção da fauna e flora nativa, bem como os cuidados com o solo.

Informações: Adriana Maria Imperador, professora do Instituto de Ciência e Tecnologia da UNIFAL-MG, campus Poços de Caldas



Dep. Aldo Schneider fala sobre remarcação de terras indígenas

SÍTIO RÁDIO SENTINELA, 15.09.2014

O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Aldo Schneider (PMDB), participou esta semana em Brasília de uma audiência pública sobre demarcações de reservas indígenas. O encontro foi realizado na Câmara dos Deputados na última terça-feira (23). O parlamentar foi convidado a participar como palestrante para relatar sua experiência no gerenciamento de conflitos entre índios e agricultores. Na época em que foi Secretário Regional de Ibirama, Aldo Schneider mediou diversas negociações na área da reserva Duque de Caxias, localizada no Vale Norte de Santa Catarina. Na opinião dele, ampliar a área sem a implantação de programas de sustentabilidade não resolve a questão das comunidades indígenas. A repórter Juliana Bassetti da Alesc traz mais detalhes da reunião.

O projeto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ainda estuda ampliar a reserva Duque de Caxias, que hoje mede 14 mil hectares e passaria a ter mais 23 mil hectares. O parlamentar está preocupado com cerca de 600 famílias de agricultores da região de José Boiteux, Victor Meireles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, que correm o risco de perder suas propriedades com as remarcações.



MPF ingressa na justiça por direito de resposta contra Diário Catarinense
SÍTIO PR/SC, 15.09.2014

Reportagem do jornal distorce realidade de terra indígena

O Ministério Público Federal em Chapecó ajuizou ação civil pública contra o Diário Catarinense, na qual requer direito de resposta referente à matéria publicada na edição do dia 10 de agosto, com o título “Um exemplo de vida digna pela autonomia”, que faz parte da série de reportagens “Terra Contestada”.

Segundo a ação, a publicação induz o leitor a sérios equívocos sobre a realidade enfrentada pela Terra Indígena (TI) Xapecó, localizada no Oeste catarinense, nos municípios de Ipuagué e Entre Rios. Para o jornal, a TI seria um modelo de desenvolvimento, atingido por meio da autonomia dos indígenas com relação à Funai. Porém, além de TI estar longe de ser o símbolo de desenvolvimento retratado, a reportagem também se engana quanto à presença da Funai, que continua atuando naquela comunidade, apesar de suas limitações, mas preservando a autonomia indígena.

É evidente, como fica demonstrado na ação, a intenção do conteúdo veiculado de lançar suspeitas sobre os processos de identificação e demarcação de terras tradicionais indígenas conduzidos pela Funai e desacreditar a Fundação frente à população catarinense. Sequer houve preocupação por parte do jornal em consultar a Funai, o Ministério Público Federal, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outras entidades envolvidas na temática indígena para identificar a real situação vivenciada na TI Xapecó. Tanto na esfera judicial quanto extrajudicial tramitam diversas ações e procedimentos na Procuradoria da República em Chapecó, envolvendo os graves problemas enfrentados pelos indígenas, abrangendo todos os pontos abordados pela reportagem.

Ao tomar conhecimento da reportagem, o MPF entrou em contato com o Diário Catarinense e solicitou a publicação de um texto – sucinto, quando comparado ao tamanho da reportagem veiculada – que demonstra e contextualiza a realidade socioeconômica da comunidade indígena. Depois de quase três semanas de tratativas, em 31 de agosto, o jornal publicou trechos do texto elaborado pelo MPF, denominando-o de suposto “artigo” e distorcendo as ideias nele contidas. Dessa forma, apesar de admitir o equívoco da reportagem publicada, caso contrário não teria sequer aceitado publicar o texto redigido pelo MPF, o Diário Catarinense descontextualizou todo o conteúdo, resultando em um quadro ainda pior do que aquele que se pretendia corrigir.

Agora, o MPF espera que a Justiça Federal determine a publicação integral do texto que esclarece a real situação da TI, em espaço equivalente ao utilizado na matéria do DC e, ainda, na página inicial do site do jornal. O objetivo da ação é garantir à população indígena e a todos os leitores, o direito à correta informação.

CONT.



Veja os erros e equívocos apontados pelo MPF na reportagem veiculada pelo Diário Catarinense:

- É noticiada a instalação de empreendimentos hidrelétricos, mas nenhum deles sequer está autorizado a ser implementado, pois os procedimentos de licenciamento ambiental estão suspensos até que seja promulgada lei que regulamente a exploração das riquezas naturais existentes nas terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.
- A Escola Cacique Vanhkre é destacada como um símbolo de suposto desenvolvimento da comunidade. Contudo, a instituição foi interditada por quase 70 dias pela Vigilância Sanitária, devido às precárias condições de conservação, inclusive com relação à merenda escolar. Em iguais condições estão os ônibus que realizam o transporte escolar dos estudantes.
- O Ginásio da Escola Cacique Vanhkre e o Centro Cultural, também enaltecidos na matéria, encontram-se até hoje interditados, em virtude das péssimas condições de suas estruturas físicas.
- A reportagem omite que a TI Xapecó ostenta um triste título: nela estão localizadas as escolas que apresentam os dois piores Índices de Desempenho da Educação Básica – IDEB do estado de Santa Catarina.
- Nada foi informado quanto às precárias condições das unidades de saúde da Terra Indígena.
- Não há esclarecimento de que todos os problemas acima elencados não são responsabilidade direta da FUNAI, mas sim da União, do Estado e do Municípios envolvidos.
- Ao contrário do que se noticiou, a comunidade ainda é extremamente dependente de recursos públicos para sobreviver. Muitas famílias têm nas cestas básicas recebidas da Funai o meio para garantir sua sobrevivência.
- A reportagem faz crer que a comunidade indígena compartilha os resultados econômicos do agronegócio, quando, na verdade, quem auferem elevados lucros são pequenos grupos, em especial de pessoas de fora da comunidade – enquanto centenas de indígenas trabalham em agroindústrias da região, sempre em atividades subalternas e sem perspectiva de progressão funcional, em virtude do forte preconceito da sociedade local em relação aos indígenas.

nº 5010922-03.2014.404.7202.

Confira a íntegra do texto elaborado pelo MPF para exercício do direito de resposta.

<http://www2.prsc.mpf.mp.br/conteudo/servicos/noticias-ascom/ultimas-noticias/arq/integra-direito-resposta-dc>



Justiça garante medidas protetivas à idosa indígena contra filho, em RR

SÍTIO G1/RR, 15.09.2014

Mulher de 77 anos era agredida por filho de 56, segundo a Promotoria. Conforme relatos, suspeito fica agressivo ao ingerir bebida alcoólica.

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), em parceria com a Justiça da Comarca de Alto Alegre, realizou na quinta-feira (11) uma audiência para resolução de conflito familiar na Comunidade Indígena do Boqueirão, localizada a 60 quilômetros da sede do município, com o objetivo de garantir aplicação de medida protetiva em favor de uma idosa de 77 anos, indígena da etnia Macuxi, devido a supostas agressões praticadas pelo filho, de 56 anos. O caso foi divulgado na tarde desta segunda-feira (15).

A Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Alegre soube das supostas agressões quando um dos filhos da vítima procurou o MPRR para informar que a mãe era constantemente ameaçada pelo suspeito, principalmente quando ele ingeria bebida alcoólica.

Com base no relato dos familiares, o promotor de Justiça daquele município, Igor Naves, colheu declarações da vítima, que levaram a ações para garantir a medida protetiva à idosa, apesar de , mesmo em juízo, ter negado os fatos por duas vezes.

“Diante das circunstâncias, achamos por bem realizar audiência na própria localidade para ouvir os moradores e o líder da comunidade indígena, com o propósito de esclarecer os fatos. Com o juiz da Comarca, Parima Dias Veras, convidamos o defensor público Vanderlei de Oliveira para encontrar a medida mais adequada para preservar a integridade física e a vida da vítima”, destaca Naves.

A audiência, feita em uma escola da Comunidade, contou ainda com a presença de agentes do Centro de Referência e Assistência Social (Cras) e representantes do Conselho Tutelar de Alto Alegre, uma vez que um neto da vítima também sofria agressões.

No decorrer da audiência, mediante relatos do líder indígena e da direção da escola onde o neto estuda, ficou comprovada a situação de vulnerabilidade das vítimas. “Constatou-se que o suspeito realmente fica agressivo ao ingerir bebidas alcoólicas, necessitando, desse modo, de tratamento compulsório contra a dependência do álcool”. Foi determinado ainda que o neto da vítima fique em Boa Vista, sob a responsabilidade dos tios.

“Tenho certeza que com essa iniciativa promovida pelo Ministério Público e pelo Judiciário no município de Alto Alegre, a Justiça se fez presente naquela comunidade. Todos saíram com as devidas respostas aos seus anseios”, conclui o promotor de Justiça.



Gean Ramos – Uma voz indígena na música brasileira – dia 20, na Sala Baden Powell, com participação super especial de Altay Veloso
SÍTIO BLOG DA UIARA ZAGOLLIN, 15.09.2014



Gean Ramos – Uma voz indígena na música brasileira – dia 20, na Sala Baden Powell, com participação super especial de Altay Veloso

unnamed (2) O que dizer de Altay Veloso? O gosto pela diversidade, o espírito aberto às mais diversas influências musicais contribuem decisivamente para as criações desse mago, que escreve com maestria para intérpretes da MPB de tendências distintas, são mais de 450 músicas. Gean tem a hora de fazer sua estreia ao lado dessa fera.

Altay sobe ao palco pra cantar as músicas “Interfone” e Apesar de Cigano”.

Gean Ramos – Do Sertão, precisamente de Jatobá, descendente do povo Pankararu, uma voz suave, uma figura marcante, um trabalho diferente, esse é Gean Ramos, que mistura ritmos e influências, apresenta o DVD Trajetória. Cantor, compositor e violonista, Gean é uma revelação da música nordestina e da nova geração da música popular brasileira.

Sua música atravessou os limites da aldeia Pankararu, da Mesorregião do São Francisco, onde nasceu e foi criado. Preste a comemorar 15 anos de carreira, com um violão nas costas e diversas composições na bagagem, só agora realiza o sonho de lançar o primeiro DVD no Rio,

CONT.



com repertório repleto de gritos de liberdade e atenção em favor dos povos tradicionais, principalmente indígenas.

“Que ainda tombam nas barreiras da discriminação”, segundo ele.

Músico autodidata, já percorreu os quatro cantos do País levando suas composições com a versatilidade da MPB, ele não esconde suas afinidades com o baião, xote, samba, bossa nova, chorinho e até mesmo o tradicional toré dançado nos rituais de sua aldeia, que abre a gravação do DVD. Gean, talvez seja o primeiro índio no interior do Nordeste a lançar um DVD independente, que batizou de Trajetória.

“Quero sair mapeando estradas até o cais. Minha música é viajante, com mensagens para todas as etnias em busca da união dos povos”, diz o artista.

Aos oito anos de idade aprendeu a dar os seus primeiros acordes no violão. Em 1998 acreditou em seu dom e foi embora para Brasília. Em 2001, para Florianópolis onde gravou seu primeiro EP com músicas autorais. Depois de passar pelo Rio de Janeiro, retornou ao nordeste, e entre 2004 e 2007 gravou seu primeiro CD “Por um Segundo”, tocando a bordo de um transatlântico internacional. Em 2008, realiza o lançamento do seu disco em São Paulo, tendo as canções “Filho de Pankararu” e “Cartão Postal de Pankararu” na trilha do documentário “Do São Francisco ao Pinheiros” desenvolvido pela USP – Universidade de São Paulo. Apresentou-se no “Explorer South África”. Entre 2010 e 2011, participou de Festivais pelo nordeste e no encerramento da II Conferência Nacional de Cultura em Brasília.

Em 2012 monta o álbum “Trajetória” onde faz um registro de sua obra em um DVD Gravado ao vivo e circula com shows pelo Brasil. Em 2013 sua música Joanas, Marias, Terezas (Saia florida) é selecionada para o São Paulo Exposamba e leva dois prêmios.

O DVD “Trajetória” tem 15 canções em vários estilos e letras que falam de política, de natureza e do seu povo. A maioria das músicas, segundo o compositor, diz muito dos sonhos dos povos tradicionais.

“Retrata a vida moderna povo indígena e quilombola, que fala ao celular, dirige carro, faz faculdade e continua mantendo sua tradição respeitando os mais velhos e as crenças”, resume o cantor.

Gean Ramos desponta no cenário musical com o potencial e uma obra digna. Seguindo os passos daqueles que o influenciaram trilhar no caminho que faz história. Seu trabalho é fruto de várias situações sociológicas e culturais, a começar pela miscigenação da sua própria família. A mãe é índia. O pai, já falecido, era filho de uma negra com um branco. Na infância, a música dominava o ambiente familiar com os acordes do violão do pai e o canto do avô. Sua música canta a alma e encanta quem traça seu caminho.

O show do dia 20, Gean Ramos, na voz e violão, ganha reforço da banda com Paulinho Criança na bateria, Person Tupinambá, no baixo acústico e elétrico e Flavio Paiva, no Teclado. E mega participação de Altay Veloso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2014

Brasília, 16 de setembro de 2014.

Sala Baden Powell

Dia: 20 – sábado – de setembro

Hora: 20h

Av. N.S. de Copacabana, 360 – Copacabana

Telefone: 2255 1067

Ingresso: R\$ 20,00 / R\$ 10,00 meia

Formas de pagamento: dinheiro

Capacidade: 470

Faixa etária: Livre

Fotos de Gean: Bruno Gonçalves

Fotos Altay Veloso: Geremias Photography



Ação atende 989 indígenas em aldeias de Sidrolândia

SÍTIO PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA, 15.09.2014

Nos dias 30 e 31 de julho, o Comitê Gestor Municipal de Políticas de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica e o Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Acesso a Documentação Básica de MS (CEESRAD) promoveram dois mutirões de cadastramento, que teve como objetivo a expedição de documentação básica aos indígenas das aldeias Tereré, Nova Tereré, Córrego do Meio, Lagoinha e 10 de Maio.

As visitas foram divididas em dois dias sendo, no dia 30 na Aldeia Tereré e Nova Tereré e no dia 31, nas aldeias Córrego do Meio, Lagoinha e 10 de Maio. No total, o mutirão fez 989 atendimentos, entre vários serviços como requerimento do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), Registro de Certidão de Nascimento, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Defensoria Pública.

A Secretária de Assistência Social, Joana Michalski, disse que o evento foi um sucesso e destacou que, com esta ação, Sidrolândia deve melhorar em levantamentos que classificam os municípios em relação ao número de habitantes que possuem os documentos básicos.

Esta foi uma ação conjunta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e contou com as parcerias da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Associação de pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Conselho Tutelar, Igreja Católica, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Defensoria Pública, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Programa Vale Renda, Cartório do 1º Ofício de Notas e Tabelionato, Hospital Beneficente Elmíria Silvério Barbosa, CIAT e Exército Brasileiro.



Carta pública da Apib aos candidatos e candidatas à Presidência da República
SÍTIO CIMI, 15.09.2014

A relação do Estado e da sociedade brasileira com os povos indígenas, mesmos com os novos paradigmas constitucionais que colocaram fim ao integracionismo, reconhecendo o caráter multiétnico e pluricultural do Brasil, em 1988, tem sido marcada por princípios e práticas colonialistas, autoritárias, racistas, preconceituosas e discriminatórias, subestimando a sociodiversidade e a contribuição dos mais de 300 povos indígenas, falantes de 274 línguas, e dos territórios indígenas ao país.

Ao invés de efetivar os direitos indígenas assegurados pela Carta Magna (Artigos 231 e 232), sucessivos governos tem se dobrado aos interesses do capital, dos setores vinculados ao agronegócio, às mineradoras, às madeireiras, às empreiteiras e grandes empreendimentos que impactam as terras indígenas, e outros tantos empreendedores, que visam a apropriação e exploração descontrolada dos territórios e das riquezas neles existentes: os bens naturais, os recursos hídricos, a biodiversidade, o patrimônio genético e os conhecimentos e saberes milenares dos nossos povos. Em razão dessa perspectiva os nossos povos tem sido considerados entraves e empecilhos ao (neo) desenvolvimento, que governantes e donos do poder econômico querem implementar a qualquer custo. Ataques sistemáticos, de regressão e supressão dos direitos indígenas verificam-se nos distintos poderes do Estado e na sociedade, notadamente nos grandes meios de comunicação.

A flexibilização ou mudança na legislação indigenista e ambiental está em curso por meio de Projetos de Lei (PL 1610, da mineração em terras indígenas, PL 7735/2014, do Patrimônio genético, entre outros), Emendas constitucionais (PEC 215, PEC 038 etc.), Portarias (Portaria 303, Portaria 419, Minuta de Portaria para mudar os procedimentos de demarcação das terras indígenas), Decretos (Decreto 7957). Ao mesmo tempo, lideranças e comunidades indígenas que lutam na defesa de seus direitos à terra são criminalizadas, vítimas de assassinatos, prisões arbitrárias e ameaças de morte.

Diante dessa realidade, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, vem de público apresentar aos candidatos e candidatas à Presidência da República, as considerações abaixo, querendo saber se estes terão de fato compromisso para reverter o atual quadro de ameaças aos direitos dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal, pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada há 10 anos ao arcabouço jurídico do país e outros tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. Ao mesmo tempo que assumem o compromisso político de colocar a questão indígena na centralidade das políticas do Estado, atendendo as seguintes reivindicações:

- Demarcação de todas as terras indígenas. Há um passivo de mais de 60% das terras indígenas não demarcadas, situação que gera conflitos desfavoráveis para os nossos povos. A

CONT.



demarcação implica em instalar grupos de trabalho, publicação de relatórios, portarias de identificação, portarias declaratórias, demarcação física, homologação e registro em cartório o na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

- Proteção, fiscalização e desintrução das terras indígenas, assegurando condições de sustentabilidade aos nossos povos, na perspectiva da segurança e soberania alimentar, e considerando a especificidade étnica e cultural de cada povo e território indígena. Que a efetivação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – PNGATI, se torne realidade para todos os nossos povos e que seja garantido o reconhecimento da categoria profissional e remuneração justa dos Agentes Indígenas Ambientais e Agroflorestais Indígenas.

- Com relação ao tema da demarcação, são inúmeros os povos que estão em estado de vulnerabilidade, mas é preciso resolver com urgência o caso crítico dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, principalmente os Guaraní Kaiowá, submetidos a um processo vil de etnocídio e extermínio a mando de fazendeiros e representantes do agronegócio, sob olhar o omissor e por vezes conivente dos governantes de turno. Para cumprir com a responsabilidade de demarcar e proteger as terras indígenas, é preciso que o governo fortaleça a Fundação Nacional do Índio – Funai, sucateada até o momento e objeto de ataques por parte dos inimigos dos povos indígenas.

- Inviabilização de todas as iniciativas anti-indígenas que buscam reverter ou suprimir os direitos constitucionais dos povos indígenas no Congresso Nacional (PECs, PLs), sob comando da bancada ruralista aliada a outros segmentos como o da mineração e o das igrejas fundamentalistas, que se apoiam mutuamente até para atacar a cultura e espiritualidade dos nossos povos.

- Impulsionar uma agenda positiva que alavanque a efetivação do texto constitucional, por meio da tramitação e aprovação da lei infraconstitucional - o Novo Estatuto dos Povos Indígenas - que deverá nortear todas as políticas e ações da política indigenista do Estado.

- Aprovação, ainda, do Projeto de Lei e efetivação do Conselho Nacional de Política Indigenista, instância deliberativa, normativa e articuladora de todas essas políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de Governo.

- Aplicação da Convenção 169 em todos os assuntos de interesse dos povos indígenas, tanto no âmbito do Executivo como no Legislativo, assegurando o direito ao consentimento livre, prévio e informado, baseado nos princípios da boa fé e do caráter vinculante do tratado, para superar práticas autoritárias que tem minimizado este direito ao equiparar a consulta a reuniões informais, oitivas ou eventos de informação. Foi assim no caso do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e assim quer se fazer com relação ao Complexo do Tapajós e outros tantos. É necessário restituir aos povos indígenas a sua autonomia e o exercício de seus mecanismos próprios de deliberação e que sejam respeitadas e fortalecidas as suas organizações e instâncias representativas, para o diálogo democrático, franco e sincero com o Estado.

CONT.



- Implementação efetiva do Subsistema de Saúde Indígena para superar o atual quadro de caos e abandono em que estão as comunidades indígenas. Só em 2013, foram registradas as mortes de 920 crianças indígenas por doenças curáveis, situação que poderia ser evitada se houvesse de fato uma política de atendimento de qualidade. É fundamental para o desenho e implementação da política a participação plena e o controle social exercido rigorosamente pelos próprios povos e comunidades e suas instancias representativas, conforme estabelece a Convenção 169, a fim de evitar a reprodução de práticas de aliciamento, divisionismo, corrupção, apadrinhamentos políticos, precariedade ou ausência de atendimento humanizado. É igualmente muito importante que o subsistema garanta o respeito e valorização dos conhecimentos e saberes da medicina tradicional indígena (Pajés, parteiras, plantas medicinais) e o reconhecimento da categoria profissional e remuneração justa dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN).

- Garantia de acesso de todos os indígenas à educação de qualidade, específica e diferenciada, de forma continuada e permanente, nas aldeias, na terra indígena ou próxima da mesma, conforme a necessidade de cada povo, com condições apropriadas de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos e materiais, respeitando o projeto político-pedagógico próprio, calendário e currículo diferenciado, conforme a tradição e cultura dos nossos povos e de acordo com a resolução 03 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

- Que o MEC crie junto aos Estados escolas técnicas profissionalizantes, amplie o ensino médio e programas específicos de graduação para os povos indígenas, assegurando ainda o ensino científico integrado com os conhecimentos tradicionais para os estudantes indígenas, a realização de concurso público específico e diferenciado para os professores indígenas, a valorização, reconhecimento e remuneração justa da categoria de professores indígenas, o reconhecimento dos títulos dos estudantes indígenas formados no exterior, a participação dos povos e organizações indígenas na implementação dos territórios etnoeducacionais. Que seja garantido ainda a permanência dos estudantes indígenas nos cursos regulares de ensino superior, e que se avance do sistema de cotas, ainda limitado, a um programa realmente específico de acesso dos indígenas a esse ensino.

- Garantir no âmbito do Ministério da Cultura a participação de indígenas no Conselho Nacional de incentivo à cultura e a criação de uma instancia específica, com equipe técnica e orçamento próprio, para atender as demandas da diversidade e promoção das culturas indígenas.

- Compromisso com o fim da criminalização, o assassinato e a prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam pela defesa dos direitos territoriais de seus povos e comunidades. É preciso influenciar o poder judiciário e orientar a polícia federal para que respeitem as nossas lideranças enquanto lutadores por seus direitos e não os trate como quaisquer criminosos, agilizando, em contrário a punição dos mandantes e executores de crimes cometidos contra os povos e comunidades indígenas.

- Disponibilização, por parte do Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária dos recursos públicos necessários para a implementação efetiva destas políticas e ações voltadas aos nossos povos e comunidades, de tal forma que os planos e metas estabelecidas sejam alcançadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2014

Brasília, 16 de setembro de 2014.

O compromisso dos governantes com a implementação desta agenda constituirá um marco de superação de todas as mazelas e atrocidades cometidas até hoje, depois de 514 anos da invasão europeia, contra os nossos povos, tornando realidade o paradigma constitucional que colocou fim ao indigenismo integracionista, etnocêntrico, autoritário, paternalista, tutelar e assistencialista, para restituir a autonomia aos nossos povos, a condição de sujeitos políticos e de povos étnica e culturalmente diferenciados, em prol do fim do Estado colonial e de uma sociedade realmente democrática, justa e plural.

Reafirmamos finalmente a nossa determinação de fortalecer as nossas alianças, solidariedade e lutas conjuntas com outros segmentos e movimentos do campo cujos territórios também estão sendo visados pelos donos do capital: quilombolas, pescadores artesanais, camponeses e comunidades tradicionais.

Brasília, 14 de setembro de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB



Leilão da usina de São Luiz do Tapajós: o governo mentiu para os Munduruku
SÍTIO CIMI, 15.09.2014

Indígenas Munduruku exigem que o governo revogue a decisão de realização de leilão da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós em dezembro e que seja realizada a consulta prévia aos ameaçado de acordo com a Convenção 169 da OIT

Carta do povo Munduruku ao governo federal

Nós Munduruku estamos indignados com o governo. Nos dias 2 e 3 de setembro, guerreiros e guerreiras Munduruku e outras populações ameaçadas pelo projeto de construção de usinas no rio Tapajós, tiveram uma reunião com o governo federal, representado por pessoas da Advocacia Geral da União, Ministério do Planejamento, Secretaria Geral da Presidência da República, FUNAI, Ministério da Justiça e Ministério de Minas e Energia. A reunião foi convocada pelo governo para discutir a Consulta Prévia, Livre, Informada e Consentida prevista na Convenção 169 da OIT, depois que a Justiça Federal obrigou o governo a cumprir a Convenção.

Os Munduruku explicaram ao governo que estavam preparando uma formação sobre a Convenção 169, porque o assunto é muito complexo, e que só depois disso vão decidir quando e como será feita a consulta. Este é o direito que temos, garantido pela Convenção 169, e o governo se comprometeu de fazer o diálogo com nós de acordo com OIT e respeitar a nossa decisão no processo de diálogo.

Na sexta feira dia 12 de setembro, ficamos sabendo que o governo publicou no Diário Oficial da União que fará o leilão da usina de São Luiz do Tapajós no dia 15 de dezembro deste ano.

Ficamos muito bravos com o fato de a presidente Dilma, o Gilberto Carvalho, o Paulo Maldos, o Nilton Tubino, o Tiago Garcia, representantes de ministérios e outras autoridades dizer que iam respeitar o direito do povo Muduruku, e depois parece que este compromisso não vale nada. Agindo assim o governo não esta cumprindo suas palavras, não está agindo com boa fé e não está respeitando a Organização Internacional do Trabalho

Sabemos que a consulta é previa e deve ser feita antes de qualquer decisão sobre a usina. Como o governo quer fazer o leilão em dezembro? O governo mentiu para os Munduruku? O governo está jogando no lixo a Convenção 169 da OIT? O governo não tem palavra, não tem honra? O que o governo tem a nos dizer?

Mais uma vez o governo demonstra que não quer fazer dialogo com nós. Exigimos que seja anunciado no Diário da União que o leilão não vai ser feito e que será realizada a consulta livre, prévia, informada e consentida com o povo Munduruku e todos os ribeirinhos e demais populações que estão ameaçadas pelo projeto das usinas no rio Tapajós, como prevê a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2014

Brasília, 16 de setembro de 2014.

Convenção 169. Exigimos que o governo cumpra o acordo que fez conosco, e que não se comporte como traidor, enganador e mentiroso em um assunto que diz respeito à sobrevivência e dignidade do nosso povo.

Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Jacareaganga, 13 de setembro de 2014

Sawe!!!!!!



Saúde mental indígena em pauta
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.09.2014

Seminário sobre a temática questiona modelos de cuidado da população indígena.

Viviane Tavares – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)

“É preciso criar um novo campo na psicologia”. Esta foi a frase mais ecoada durante o I Seminário Psicologia dos Povos Indígenas e Direitos Humanos da Região Norte, que aconteceu no dia 4 de setembro e fez parte da programação do 4º Congresso de Saúde Mental, realizado em Manaus (AM). O encontro questionou o modelo atual de cuidado e lembrou das práticas presentes antes da reforma psiquiátrica, além de indicar caminhos de mudança neste campo.

Na primeira atividade do dia, a mesa de abertura “Povos Indígenas, Políticas Públicas e Psicologia”, o psicólogo e coordenador do Programa de Saúde Mental Indígena da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai-MS), Lucas da Silva Nóbrega, informou que é preciso mais sensibilidade nas questões relacionadas à saúde mental indígena. Para ele, ainda é presente a atuação colonizadora em relação à cultura dos povos indígenas. “Temos que ter cuidado para não deslegitimar o diferente e lembrar que estamos em uma relação de poder”, explicou e contou: “Quando fui explicar o que faz o psicólogo, por exemplo, tentei falar que é o cuidado daquilo que não é do corpo, e eles falaram que esse já era o papel do pajé e me questionaram se eu tinha a intenção de substituir o pajé”.

Ele lembrou também de um caso em que a pessoa que estava recebendo cuidados queria falar com o pajé. “Deslocamos um pajé para ajudar nesse cuidado, porque entendemos que devemos valorizar os saberes destes povos, e não chegar com a nossa ciência impondo posturas”, destacou. O coordenador do Programa de Saúde Mental Indígena lembrou ainda que a Portaria 2759/2007 endossa essa prática e propõe que os indígenas tenham apoio em suas tecnologias sociais para lidar com seus próprios problemas.

O antropólogo social João Paulo Tukano disse que um dos grandes problemas atuais é a questão do suicídio que, para ele, dever ser encarado com sensibilidade, afeto e vínculo com o povo e o território. “Precisamos entender o sentido da morte. Não adianta você pegar um índio e colocar em um consultório para ele falar o que está sentindo. Devemos fazer psicologia tomando banho de rio”, indicou e informou: “Hoje tem muita doença de branco acometendo os indígenas, como a depressão, mas é preciso saber contextualizar esses problemas e entender que são formas de encarar o mundo de maneira diferente. Hoje sequer temos um hospital indígena e os nossos povos estão a cada dia mais tomando medicamentos. Por que índio tem tomado tanto remédio se tem seus saberes que vem da natureza?”, questionou.

Tukano lembrou ainda que, atualmente, há diversas ações com o intuito de interculturalidade, mas que, na verdade, são a tradução da cultura ocidental para a cultura indígena. “O que meu
CONT.



pai me ensina não é considerado teoria, mas criam a etnomatemática, etnociência, que é adaptar o conhecimento do branco para eu aprender. Só são consideradas as teorias que são objetivas, que tem provas, mas isso não serve pra gente”, explicou.

Na parte da tarde, a mesa redonda “Direitos Humanos, Políticas Públicas e Educação Indígena” questionou também o modelo de educação para essa população e o modelo de desenvolvimento apresentado hoje. “No mundo indígena, saúde e educação vem juntos. Qualquer doença começa no espírito, porque é resultado de desarmonia entre si, com a natureza e com o mundo”, lembrou o indigenista e coordenador do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, Gersem Baniwa. O pesquisador da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Edson de Oliveira, também compondo a mesa, lembrou ainda que quando dependem do campo emocional, as pessoas podem ficar fragilizadas ou fortalecidas. “Temos o costume de atomizar tudo, diferentemente dos indígenas que tem uma visão mais holística dos problemas. Precisamos, portanto, construir uma nova mentalidade, uma nova maneira de pensar para compreender nosso papel nesse jogo de relações. Não adianta ficar em uma psicologia reducionista, se os indígenas não têm onde morar”, enfatizou.

Para Baniwa, a sociedade do jeito que está posta não consegue entender a cultura indígena porque está fundada na desigualdade. “Precisamos acabar com essa mentalidade dominadora que tem como intuito exterminar os indígenas. Já foram encontrados documentos que mostram que nas décadas de 1960 e 1970 a meta era exterminar os indígenas. O plano era que não tivesse nenhum nos anos 2000. Ou eram mortos ou eram incorporados à cultura ocidental”, lembrou.



MA – Comunidade Forquilha vive dias de terror
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.09.2014

Mais uma tragédia no Maranhão se anuncia, por conta de conflito de terra. Desde meados de agosto, um grupo de pistoleiros, que teriam sido contratados pelo latifundiário Renato Miranda Carvalho, está ameaçando 19 famílias, que vivem no povoado Forquilha, no município de Benedito Leite, às margens do rio Parnaíba. O risco de um assassinato é evidente.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA) denunciou o problema, mas nenhuma providência foi tomada por parte do Estado. A delegacia da cidade, inclusive, se recusou a registrar ocorrência. Diante do drama e do clima de enorme tensão, a alternativa dos camponeses foi fazer a denúncia em uma delegacia do Piauí. A milícia começou com quatro homens e agora já chega a 15 o número de jagunços. Uma senhora da comunidade, que sofre de pressão alta, teve uma arma colocada em sua cabeça e teve que ir às pressas para hospital.

Por conta dessas terríveis ameaças, outros moradores idosos também precisaram de ajuda médica. Além disto 15 cabeças de gado foram levadas por estes 15 homens armados. Quatro destes pistoleiros foram presos pela polícia de São João dos Patos no dia 11, mas soltos imediatamente.

As organizações sociais que acompanham o problema (sindicatos e pastorais sociais) garantem que a área onde se localiza a comunidade Forquilha pertence à União que, na década de 1960, desapropriou vários imóveis da região para a constituição do lago artificial da represa de Boa Esperança.

Por outro lado, consta que o latifundiário quer expulsar os lavradores com a intenção de plantar eucalipto. Além dos pistoleiros contratados, ele ingressou com ação de despejo contra as famílias, que vivem e produzem nesta terra há mais de 40 anos.

Esperamos que o governo do Estado e o governo federal atuem no sentido de garantir a proteção das famílias e a posse do território onde eles vivem.

15 de setembro de 2014.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Clemir Mineiro.



Anulada a demarcação do maior território quilombola do Estado

SÍTIO GAZETA ON LINE, 15.09.2014

Para a Justiça Federal, o decreto que define o que é área quilombola é inconstitucional. O processo de demarcação de um dos maiores territórios quilombolas do Espírito Santo foi anulado pela Justiça Federal. A área, de 11,6 mil hectares – o equivalente a mais de 11 mil campos de futebol – fica entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Em sua decisão, o juiz Nivaldo Luiz Dias, da Vara Federal de São Mateus, considerou inconstitucional o decreto que regulamenta os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

A ação foi movida por 13 pessoas, que alegaram terem sido incluídas no Território de São Domingos, mesmo não sendo quilombolas. Segundo o juiz, não houve por parte dos autores da ação a “auto-atribuição da qualidade de remanescente de quilombolas”, exigida por lei.

O agricultor José Ayres Nascimento, contrário à demarcação, comemorou a decisão: “Luto pelo direito de manter minhas terras”.

Para a advogada Lésle Mesquita, esta foi mais uma conquista dos proprietários rurais que teriam suas terras desapropriadas pelo território quilombola. “As notificações que eles receberam deixam de ter valor”, assinalou.

Um deles é José Ayres Nascimento. “Sou afrodescendente, mas não quilombola”, destaca o agricultor que afirma ter lutado por seus direitos. “Compri a terra, tenho minha escritura e não quero fazer parte de uma associação”, acrescentou. Ele se refere ao fato de que as propriedades quilombolas são comunitárias.

No Norte do Estado a demarcação dos territórios enfrenta resistência de produtores rurais e empresas. Em 2009, após uma série de protestos, eles fecharam a BR 101. O Incra chegou a pedir o apoio de forças federais para realizar a vistoria nas terras.

Atrasos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou, por intermédio de sua assessoria de imprensa, que a demarcação do território de São Domingos estava na fase final e que agora, com a decisão judicial, volta ao ponto inicial. Mesmo não tendo sido notificado, o instituto adiantou que irá recorrer contra a decisão.

No Estado, mais de 100 comunidades foram identificadas como quilombolas, mas nenhuma teve a área demarcada. Dos nove processos em andamento, três foram anulados: os de São

CONT.



Jorge, Linharinho e São Domingos; e um quarto, de Serraria/São Cristóvão, foi suspenso. Os demais caminham a passos lentos e são alvo de ações judiciais.

Uma situação que o Ministério Público Federal (MPF) quer mudar. No final do ano passado ele realizou uma ação conjunta em todo o país, cobrando a demarcação das áreas quilombolas com ações na Justiça. No Espírito Santo, a primeira delas tinha como alvo justamente o território de São Domingos, que teve o processo de demarcação anulado pela Justiça.

O MPF decidiu não se manifestar por não ter sido notificado sobre a decisão.

Novo processo para área de Linharinho

A regularização do território quilombola de Linharinho, em Conceição da Barra – também anulada pela Justiça Federal, em 2004 – está sendo refeita pelo Incra. A recomendação foi do Ministério Público Federal em São Mateus.

Um novo relatório de identificação e delimitação foi elaborado pelo Incra. O documento faz parte de uma das etapas do reconhecimento da área de remanescentes das comunidades de quilombos, previsto, segundo os procuradores da República, na Constituição de 1988

O próximo passo é o relatório ser analisado pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra e, após aprovado, será publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Espírito Santo. O momento seguinte será a notificação dos proprietários que hoje estão nas terras de que serão desapropriados.

Para a procuradora da República Walquíria Imamura Picoli, uma das características essenciais da cultura quilombola é a territorialidade. “A preservação da cultura quilombola objetivada pela Constituição só se torna efetiva na medida em que se assegura à comunidade étnica o território necessário à sua reprodução física, social, econômica e cultural”, assinala.



Judiciário de Rondônia inicia atendimento itinerante no Vale do Guaporé

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 15.09.2014

Parte de Guajará-Mirim, nesta segunda-feira, 15/9, a embarcação que levará atendimento com serviços da Justiça de Rondônia às comunidades da região do Vale do Guaporé, formada por populações tradicionais, como descendentes de indígenas e remanescentes quilombolas. A Operação Justiça Rápida Itinerante permanece na região até o próximo dia 19.

É justamente para expandir, cada vez mais, esse tipo de atendimento jurisdicional, como este feito às comunidades ribeirinhas, que a Corregedoria-Geral da Justiça atua em parceria com as comarcas de Guajará-Mirim, Costas Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta do Oeste e Cerejeiras, com a disponibilização de apoio técnico, formação e capacitação de magistrados e servidores. O esforço é para levar até a extensa região do Vale do Guaporé o serviço prestado pelo Judiciário em locais de difícil acesso na comarca de Porto Velho, como nas comunidades ao longo do Rio Madeira.

Vanguarda

“Historicamente, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia sempre procurou expandir seus serviços jurisdicionais em prol do cidadão”, reafirma o juiz auxiliar da Corregedoria, Johnny Gustavo Cledes. Para ele, essa iniciativa representará mais um avanço, porque serão beneficiadas pessoas que nunca foram atendidas pelo Poder Judiciário.

Triagem em Surpresa

A comarca de Guajará-Mirim realizará a terceira edição da operação no Rio Guaporé; nos dias 15, 16 e 17 de setembro deste ano, uma equipe da Operação Justiça Rápida Itinerante, coordenada pela juíza Juliana Paula Silva da Costa Brandão, titular da 1ª Vara Criminal e diretora do fórum de Guajará, fará atendimento, selecionando e agendando os casos na Escola municipal São Judas Tadeu, situada no distrito de Surpresa. A localidade fica distante 250 Km da Comarca de Guajará-Mirim. O acesso à comunidade é por meio fluvial, levando em torno de 12 horas para chegar ao local. Os casos agendados serão decididos em audiência de conciliação nos dias 18 e 19 do mês de setembro.

Mapeamento

Com essas primeiras atuações na área ribeirinha da Comarca de Guajará-Mirim, projeta-se realizar um mapeamento de um contingente existente nas demais localidades que ainda não foram atendidas pela Justiça Rápida, como o Vale do Mamoré; dependendo da demanda levantada será, futuramente, definida a conveniência de atuação, assim como a frequência da justiça nessas localidades.

Fonte:TJ/RO



Número de queimadas em terras indígenas de MT tem aumento de 68%

SÍTIO CLICK HOJE, 16.09.2014

Satélite do Inpe detectou 3.713 focos de calor desde 1º de janeiro. Comparação com mesmo período de 2013 revela aumento de 68,69%.

O número de queimadas detectadas dentro do perímetro de terras indígenas em Mato Grosso sofreu este ano um aumento de 68% em comparação com o mesmo período (de 1º de janeiro a 15 de setembro) do ano passado. A estatística é do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora a ocorrência de focos de calor via satélite.

De acordo com o levantamento do Inpe, de 1º de janeiro até esta segunda-feira (15), as terras indígenas de Mato Grosso tiveram incidência de 3.713 focos de calor. O total é 68,69% superior ao número do mesmo período do ano passado, quando foram detectados 2.201 focos nas terras indígenas.

Também houve aumento do número de terras indígenas com incidência de queimadas. No acumulado deste ano, 53 unidades foram atingidas, cinco a mais que no ano passado.

O aumento na incidência de queimadas em terras indígenas de Mato Grosso segue tendência de aumento de focos de calor no estado como um todo. Desde o primeiro dia do ano, foram detectados pelo Inpe 18.128 focos de calor no território mato-grossense, uma diferença de mais de 71% em relação ao total de queimadas detectadas no mesmo período do ano passado, quando os satélites contabilizaram 10.577 focos.

Exemplo da incidência de queimadas em reservas da Fundação Nacional do Índio (Funai) é a terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste do estado.

A unidade de mais de 165 mil hectares teve o registro de 388 focos de calor (parte deles com suspeita de terem sido criminosos) em apenas sete dias, segundo divulgou o Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, o Prevfogo, ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Após operação que prendeu antigos posseiros da região, o número de focos no local caiu drasticamente.

No estado, o Ibama possui quatro equipes de brigadistas para atuar no controle a queimadas em terras indígenas. São 74 brigadistas distribuídos para atuar nas terras indígenas Paresi, região de Tangará da Serra, Utiariti, em Campo Novo do Parecis, Bakairi, em Paranatinga, e Karajá / Tapirapé, na região de Luciara.

Não há qualquer situação fora do controle dentro dessas reservas, explicou o Ibama, apesar de as condições climáticas estarem influenciando no aumento de queimadas este ano – sobretudo o nível muito baixo de umidade relativa do ar nas regiões de cerrado. Ainda segundo o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2014

Brasília, 16 de setembro de 2014.

instituto, grande parte das demais terras indígenas dispõe de brigadistas treinados entre os próprios índios responsáveis pelo controle de queimadas e ações preventivas.

O próprio Ibama divulgou nesta segunda-feira aumento de 88% este ano no número de queimadas no país em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de 17 mil focos só neste mês de setembro e os estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará concentram quase 60% do total. A reportagem também procurou a Funai para comentar especificamente sobre a situação de queimadas nas terras indígenas, mas não obteve retorno.



Evento discute a relação dos povos indígenas com a universidade, em PE

SÍTIO G1, 16.09.2014

Amostra dos Povos Indígenas de Pernambuco começa nesta terça-feira (16). Evento ocorre até quinta (18) no Centro Acadêmico do Agreste da UFPE.

Tem início nesta terça-feira (16) a Amostra dos Povos Indígenas de Pernambuco, em Caruaru. A iniciativa é promovida pelo Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE e contará com palestras. A intenção é discutir a relação dos povos indígenas com a universidade. As atividades são gratuitas e seguem até a quinta-feira (18).

De acordo com a assessoria de imprensa da instituição, a amostra é organizada por estudantes do curso de Licenciatura Intercultural Indígena e tem o apoio dos coordenadores Nélcio Vieira de Melo e Ana Maria de Barros.

No primeiro dia do evento haverá a mesa redonda "Desafios para os estudantes indígenas na UFPE: da luta pela permanência à luta pela Licenciatura Permanente/Faculdade Intercultural Indígena (Faind/UFPE)". Nos demais dias, vários povos indígenas se apresentarão.

Sobre o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena

A capacitação é composta por três habilitações: Linguagem e Artes, Ciências da Terra e da Natureza e Ciências Humanas e Sociais. As vagas são exclusivamente destinadas aos docentes indígenas de Pernambuco que não têm titulação em nível superior e estão em exercício do magistério em escolas indígenas do estado.

Programação

Amostra dos Povos Indígenas de Pernambuco

Local: auditório do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE

Endereço: BR-104, quilômetro 59, sem número, Nova Caruaru

Horário: 18h30 às 22h30

Acesso: gratuito.

Terça-feira (16)

Mesa Redonda

Tema: "Desafios para os estudantes indígenas na UFPE: da luta pela permanência à luta pela Licenciatura Permanente/Faculdade Intercultural Indígena (Faind/UFPE)"

Quarta-feira (17)

Panorama dos povos indígenas de Pernambuco: apresentação dos povos Pipiã, Kapinawá, Pankararu, Atikum, Entre Serras e Kambiawá

Quinta-feira (18)

Panorama dos povos indígenas de Pernambuco: apresentação dos povos Pankawuká, Fulni-ô, Pankará, Truká, Xucuru e Tuxá.



Cras visita remanescentes quilombolas

SÍTIO GAZETA DO OESTE, 16.09.2014

A equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que promove a reestruturação do grupo de dança de São Gonçalo, manifestação típica do município de Riacho da Cruz, está desenvolvendo trabalho de resgate histórico e cultural, envolvendo os jovens no processo de reconhecimento da identidade cultural e da cultura afro. O Cras, assim como os adolescentes do Núcleo de Participação e Desenvolvimento dos Adolescentes (NUCA), realizou visita aos remanescentes quilombolas nas comunidades rurais de Pega, São Tomé e Engenho Novo, todas localizadas em Portalegre.

Pessoas que residiam em algumas dessas comunidades fixaram moradia em Riacho da Cruz, trazendo, dentre outras particularidades religiosas e culturais, a dança de São Gonçalo, que se manteve viva durante décadas. Na Edição 2009-2013, do Selo Unicef Município Aprovado, o mapeamento das manifestações culturais tratou de identificar o histórico da dança de São Gonçalo. Agora, a Comissão Intersetorial, juntamente com a Equipe do Cras e o Nuca, estão trabalhando na revitalização do grupo, um dos marcos culturais da região, para que os jovens mantenham viva a tradição, a qual é transmitida de geração para geração.

De acordo com a presidente dos quilombolas, Aldises Bessa, atualmente, a comunidade Pega tem cerca de 60 famílias, que vivem da agricultura, cultivando feijão, milho e mandioca, para consumo próprio e para vender. Muitas casas da comunidade quilombola são de alvenaria e a modernidade já está inserida no cotidiano do grupo, o que não tirou a simplicidade característica do lugar.



Indígenas do Tocantins participam de encontro com Marina Silva

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 16.09.2014

Da Redação

O candidato a deputado estadual pelo PPS, João Werreria Karajá, acompanhado da porta-voz da legenda Rede Sustentabilidade no Tocantins, Narubia Werreria, e do líder indígena Curerrete Waritirre, representaram os povos indígenas do Estado em encontro com a presidenciável Marina Silva (PSB), em Brasília, nesse domingo, 14.

Foto: Divulgação

Encontro foi realizado em Brasília

De acordo com a assessoria, o encontro contou com representantes indígenas de todo o Brasil. Marina, que seria defensora os direitos de povos indígenas e comunidade tradicionais, firmou suas posições em defesa dos povos e comunidades. O evento foi iniciado por Narubia Werreria, com leitura de Carta elaborada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e continuou com falas de líderes indígenas em apoio a candidatura de Marina Silva.

Na ocasião, a presidenciável reiterou que trabalhará por todos e que os direitos garantidos pela constituição federal aos povos indígenas será cumprido. A conversa finalizou com fala dos indígenas e sessão de fotos.

Marina também reservou um tempo para gravar com dois candidatos a deputado estadual, dentre eles João Werreria Karajá, que é o único candidato a deputado estadual da Rede Sustentabilidade no Estado, mas está sendo acolhido pelo PPS.



Chico Rodrigues promete que HGR terá capacidade ampliada

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 16.09.2014

Conforme o candidato, investimento será de R\$29 milhões para construir 40 leitos de UTI, 10 salas de cirurgias e 120 leitos de internação

“As dificuldades que afligem o setor de saúde em Roraima estão com os dias contados”, segundo o governador e candidato à reeleição pela coligação Roraima Unida, Chico Rodrigues (PSB), ao destacar a importância do início das obras de expansão do Hospital Geral de Roraima (HGR).

Conforme ele, o investimento em torno de R\$29,6 milhões vai resultar em 40 leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), 10 salas de cirurgias e 120 leitos de internação. “A obra aumentará em 50% a capacidade de internação nos blocos e triplicará o atendimento intensivo. O investimento que deve melhorar a assistência de saúde, conta com a parceria do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por meio da linha de financiamento Pró-Investe”, informou.

Para adequar o estacionamento da unidade, cuja área está sendo usada agora para a ampliação, está sendo negociada a possibilidade de compra da área atrás do hospital, entre HGR e a Universidade Federal de Roraima. “O processo está sendo negociado”, comentou o governador.

Outros investimentos de infraestrutura estão previstos para ocorrer ainda neste ano, como a construção do Laper (Laboratório de Patologia do Estado de Roraima), o novo prédio do Centro de Diagnóstico por Imagem (CDI), abrigo de resíduos sólidos, cozinha, interligação de blocos de serviços e reservatório hidráulico de abastecimento com 120m³. São mais de R\$ 6,2 milhões.

Para o governador, como toda unidade, o HGR tem dificuldade, mas continua sendo a referência no atendimento da população, pois é a unidade hospitalar em que a população sabe que vai chegar a qualquer hora e encontrar atendimento.

As obras do anexo do HGR devem durar dois anos. “Entendemos que essa obra será fundamental para atender a demanda da população de Roraima, que vem crescendo a cada ano”, explicou Chico Rodrigues, citando que o hospital foi entregue em 1990. “Por mês, são mais de 12 mil atendimentos e seis mil cirurgias por ano. Com o aumento na capacidade de internação, dobrando o número de leitos para tratamento intensivo, sem sombra de dúvida essas obras visam o futuro”, declarou.



Teles Pires: empresa terá que consultar índios para construção de usina

SÍTIO NOTÍCIA EXATA, 16.09.2014

A Justiça Federal em Mato Grosso suspendeu, pela segunda vez, o licenciamento da Usina Hidrelétrica São Manoel, no rio Teles Pires, e estipulou o prazo de 90 dias para que seja realizada consulta pública aos índios da região. Isso porque a construção do empreendimento, na divisa de Mato Grosso com o Pará, pode resultar em impactos socioambientais sobre comunidades com povos indígenas isolados. A decisão é do juiz federal Ian Presser, substituto no exercício da titularidade da 1ª Vara Federal, que determinou ainda multa de R\$ 100 mil à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e ao Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), réus na ação, pelo descumprimento.

De acordo com a ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), a usina atingirá as terras indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká do Pontal, sendo essa última, onde vivem indígenas que optaram pelo isolamento voluntário como estratégia de sobrevivência. A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ibama, mas até a publicação da matéria não obteve resposta. A assessoria de imprensa da EPE não atendeu as ligações.

“O Ibama não comprovou nos autos que efetivou o direito de consulta. Ao revés, apenas demonstrou ter dado publicidade do empreendimento aos indígenas, sem a tradução técnica do projeto para os povos afetados. E, é certo que a mera divulgação da decisão de realizar a obra aos povos afetados não se confunde com o direito de consulta previsto na Convenção 169/89 da OIT. Assim, o direito das comunidades indígenas de serem consultadas quanto ao aproveitamento dos recursos hídricos em suas terras, além da específica previsão convencional, também tem previsão constitucional, que determina a oitiva dos povos indígenas afetados pela edificação”, observou o juiz federal.

Em abril deste ano, o magistrado havia determinado a suspensão da construção da usina. Porém, diz no despacho, que no dia 14 de agosto o Ibama concedeu à EPE licença de operação e instalação do empreendimento. “E, antes dessa decisão, manifestamente relevante para as comunidades afetadas, não houve a observância do direito de consulta”, ressaltou.

Usina Hidrelétrica São Manoel está prevista para ser implantado a 1 km da área Indígena Kayabi, e próximo das reservas de Munduruku e Apiaká do Pontal. O magistrado sustenta que a região é 'tensa e frágil' e que a UHE vai desencadear conflitos e piorar os já existentes, porque vai provocar aumento da população e tende a estimular atividades como pecuária, turismo, pesca, garimpo, extração de madeira e compra e venda de terras.



Aborto e índios estarão na pauta do debate de hoje promovido pela CNBB

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 16.09.2014

No terceiro confronto direto desta campanha, oito dos candidatos a presidente se enfrentarão nesta terça (16) em Aparecida (SP) no debate promovido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Dom Raymundo Damasceno, 77, presidente da CNBB e arcebispo de Aparecida, abrirá o debate com uma pergunta geral para os candidatos. Oito bispos farão as perguntas do segundo bloco, sorteadas entre temas que incluem o aborto, a reforma política e a questão indígena.

No terceiro bloco, jornalistas convidados serão os questionadores e, no quarto, haverá confronto direto entre os candidatos.

De acordo com a assessoria a entidade, os três presidenciáveis mais bem colocados nas últimas pesquisas eleitorais –a presidente Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB)– confirmaram presença no encontro, que acontecerá às 21h30 (horário de Brasília) e será transmitido ao vivo pela TV Aparecida.

Também estarão presentes os candidatos Eduardo Jorge (PV), José Maria Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL) e Pastor Everaldo (PSC). O mediador será o jornalista e apresentador Rodolpho Gamberini.

Em nota, a CNBB destacou o caráter "histórico" do evento para a comunidade católica, e informou que o encontro contará com transmissão ao vivo de "oito emissoras de inspiração católica, 230 rádios, bem como portais católicos."

Em 2010, a CNBB reuniu os então presidenciáveis José Serra (PSDB), Marina Silva (à época, no PV), Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) e Dilma Rousseff, que concorria pela primeira vez ao cargo. Naquele ano, temas que compõem a "agenda religiosa" –e que marcaram boa parte das discussões entre os candidatos ao longo da campanha– tiveram destaque, como a legalização do aborto

Esse será o terceiro debate realizado entre os presidenciáveis no primeiro turno. O primeiro encontro foi transmitido pela Rede Bandeirantes, em 26 de agosto, e o segundo foi promovido pela Folha, UOL, SBT e Jovem Pan no último dia 1º.

Proerd beneficia estudantes de áreas indígenas do Oeste de Santa Catarina
SÍTIO RICMAIS, 16.09.2014



O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) tem beneficiado um número cada vez maior de estudantes. Desenvolvido pela Polícia Militar, agora o projeto também está sendo realizado em áreas indígenas da região Oeste de Santa Catarina. Em uma das escolas de Ipuagu, por exemplo, a iniciativa vai beneficiar mais de 80 estudantes.



TRE-AM aprova pedido de segurança para Tefé após protestos de indígenas
SÍTIO G1, 16.09.2014

Índios estão acampados nas proximidades do cartório eleitoral do município. Reforço na segurança deve ser analisado do Tribunal Superior Eleitoral.

O pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM) aprovou, nesta segunda-feira (15), o pedido de envio de força federal para o município de Tefé, situado a 520 Km de Manaus. Em agosto, o pedido de reforço na segurança havia sido negado. Moradores do município relatam insegurança em virtude de protestos indígenas. O reforço na segurança deve ser enviado para análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O requerimento enviado ao TRE-AM pelo juízo da 9ª Zona Eleitoral de Tefé relata receio da população para possíveis casos de violência durante a eleição de 5 de outubro envolvendo os protestos de índios. O relatório aponta que cerca de 200 índios estão acampados nas proximidades do cartório eleitoral do município.

"O risco de conflito é provável, a probabilidade de ocorrência que ameaçam a tranquilidade das eleições é grande, pois as lideranças indígenas dizem que somente voltarão para suas tribos quando suas reivindicações foram atendidas", diz um trecho do documento.

O juiz e relator do caso Marco Antonio Pinto Costa, em sua decisão, informou que a situação envolvendo protestos indígenas não havia sido narrada no pedido original analisado e indeferido no mês passado. Na decisão anterior, a Justiça Eleitoral do Amazonas havia justificado que o efetivo de 129 homens seria suficiente para garantir a tranquilidade durante o pleito. O pedido da 9ª Zona Eleitoral solicitava reforço de 58 praças.

Segundo o magistrado, os protestos indígenas, aliados à proximidade das eleições, "justificam o receio de perturbação dos trabalhos eleitorais".

Tefé tem 37.463 eleitores da cidade distribuídos em 29 locais de votação.



Cresce participação de candidatos e eleitores indígenas no Brasil

SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16.09.2014

Numa tentativa de incentivar o voto entre os índios, a Justiça Eleitoral tem buscado, cada vez mais, instalar urnas nas aldeias.

Laycer Tomaz

Manifestação de Índios no Congresso Nacional

A jovem liderança indígena Bemoro Metuktire, Kaiapó da aldeia Capoto, em Mato Grosso, vê com expectativa a chegada das eleições. Na região, ele e outros índios incorporaram o voto às suas práticas. Mas nem sempre foi assim, e as distâncias que envolvem muitas terras indígenas explicam parte da ausência nas urnas, como destaca Bemoro:

"Antes, a gente tinha dificuldade de sair da aldeia, sair para cidade para votar. Agora tem estrada. Alguns que têm título na cidade têm que ir na cidade. Aqueles que transferiram para cá na aldeia têm que esperar urna na aldeia. A urna vem diretamente na aldeia Capoto, que está distante 360 km. Então, urna tem que vir de avião."

No Brasil, os índios, como qualquer brasileiro, são obrigados, em princípio, a votar desde que maiores de 18 anos e falantes de português. Uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral de 2011 determina que os índios alfabetizados devem se inscrever como eleitores, mas não estão sujeitos ao pagamento de multa pelo atraso no alistamento (Resolução nº 21.538/03). Além disso, aqueles que vivem em aldeias segundo costumes e tradições podem não ser obrigados a votar se assim seu povo decidir.

Numa tentativa de incentivar o voto entre os índios, a Justiça Eleitoral tem buscado, cada vez mais, instalar urnas nas aldeias. No Mato Grosso, onde vive Bemoro Metuktire, já são 32 locais de votação em terras indígenas, segundo Salomão Fortaleza, do Tribunal Regional Eleitoral do estado:

"Faz parte da democracia. Assim como todo cidadão tem direito ao voto, o índio está incluído. A gente procura instalar e dar condições para que todos possam votar."

Não há um dado nacional sobre o número de eleitores indígenas no país. Mas estima-se que, assim como tem crescido essa população no Brasil, a de eleitores índios também venha aumentando com os anos. Segundo o Censo 2010, do IBGE, os índios somam quase 897 mil brasileiros, 0,47% da população total do país.

E, para algumas lideranças indígenas, a participação na política não se resume apenas ao voto. Segundo o TSE, 0,32% das candidaturas registradas para estas eleições são de concorrentes que se declararam indígenas. Ao todo, são 80 candidatos.

CONT.



Candidatos indígenas

Ricardo Verdum, da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, alerta que não se pode dizer que índios votam necessariamente em índios. Mas o registro das candidaturas indígenas, na avaliação de Verdum, indica que as lideranças do setor estão procurando dar um passo a mais na representatividade dos interesses de índios nas diferentes esferas políticas:

"Já têm lideranças que têm atuado nessa interlocução com os vários ministérios, o Estado brasileiro de modo geral. Estão vendo essa necessidade, importância de ter pessoas no Congresso Nacional que repercutam as suas propostas. Hoje eles têm que ser mediados por algum deputado ou na Comissão de Legislação Participativa."

Segundo o TSE, o Amazonas é o estado com maior número de candidaturas indígenas, seguido por São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pará e Roraima. A maior parte dos candidatos índios, 45, possui ensino superior completo ou não terminou a graduação. Apenas um declarou o menor nível de escolaridade requerida, que é saber ler e escrever.

Reportagem – Ana Raquel Macedo
Edição – Regina Cunha



MPE recomenda suspensão do licenciamento de pequenas centrais hidrelétricas
SÍTIO DOURADOS INFORMA, 16.09.2014

Por: Correio do Estado

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPE) e o Ministério Público Federal recomendaram a suspensão dos procedimentos de licenciamento ambiental de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) na Bacia Hidrográfica do Rio Amambai. A recomendação conjunta será encaminhada ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como resultado da reunião realizada no último dia 05/09, na sede do MPF em Dourados/MS.

“Os relatórios de impacto ambiental apontam que no raio de dez quilômetros do rio Amambai são encontradas nove reservas indígenas, e que a terra indígena Jarara poderá ser afetada diretamente pelos empreendimentos. Dessa forma, recomendamos a suspensão dos procedimentos de licenciamento ambiental até que a Funai se manifeste a respeito dos impactos em terras indígenas. Caso isso se confirme, há o deslocamento da competência tendo em vista o interesse da União e, consequentemente, o Ibama teria que acompanhar os processos”, explicou o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Sant’Anna Pinheiro.

Segundo ele, este foi um dos motivos da reunião solicitada junto ao MPF, que contou com a presença dos procuradores da República, André Borges Uliano, Elton Luiz Bueno Cândido, Francisco de Assis Calderano, Marco Antônio Delfino de Almeida e Ricardo Pael Ardengui. Também esteve presente o promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Caarapó, Arthur Dias Júnior.

Na oportunidade, foram feitas considerações sobre os procedimentos de licenciamento ambiental das PCHs Foz de Saiju e Barra do Jaquari, que tramitam no Imasul; as inconsistências encontradas nos respectivos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA); a inobservância do prazo legal para convocação das audiências públicas e os possíveis impactos ambientais nas áreas de influência dos empreendimentos.

Como há indícios da presença de sítios arqueológicos na região, a recomendação conjunta sugere que não seja concedida qualquer licença ambiental sem a autorização do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Dessa forma, recomendou-se também à referida autarquia que não seja autorizada qualquer tipo de interferências nesses locais, enquanto não forem realizados estudos sobre as potencialidades de dano.

De acordo com os Relatórios de Impacto Ambiental, a PCH Foz do Saiju abrange os municípios de Amambai, Juti, Caarapó e Laguna Carapã. O empreendimento terá a capacidade instalada total de 20,0 megawatts e a estimativa do custo é de R\$ 80 milhões de reais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2014

Brasília, 16 de setembro de 2014.

Já a PCH Barra do Jaguari localiza-se entre os municípios de Amambai e Laguna Carapã, com capacidade para gerar até 29,7 megawatts. Estima-se o custo de R\$ 118,8 milhões. Os dois projetos são da empresa Sigma Energia. Há, ainda, a previsão de instalação da PCH Bela Vista na mesma bacia hidrográfica.



Indigenistas querem mais 66 milhões de hectares de Terras Indígenas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.09.2014

Documento enviado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) à candidata Marina Silva no último domingo, 14, avisa que existe ainda no Brasil um "passivo de mais de 60% das terras indígenas não demarcadas". O número da Apib significa a demarcação de mais 66,3 milhões de hectares de Terras Indígenas, área quase 3 vezes maior do que o estado de Alagoas.

Atualmente existem no Brasil 462 terras indígenas regularizadas que ocupam uma área de 110,5 milhões de hectares, o que representam cerca de 12,2% do território nacional. O passivo referido pelos indigenistas sem noção da Apib implicaria em elevar essa participação para 21% do território entregando à Funai 176,8 milhões de hectares.

O pior é que a maior parte desse passivo está justamente nas áreas de ocupação mais antiga e mais densa do país. Atender aos devaneios da Apib implicaria na expropriação e expulsão de milhares de pessoas, a maioria de produtores rurais dos estados do sul, sudeste e nordeste.

Veja aqui as demandas da Apib à candidata Marina Silva

<http://www.questaoindigena.org/2014/09/marina-recebe-apoio-de-indigenistas-mas.html>



Igreja Católica pressionará candidatos sobre a Questão Indígena

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 16.09.2014

Os candidatos a presidente da república se enfrentarão nesta terça (16) em Aparecida, no interior de São Paulo, em debate promovido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Dom Raymundo Damasceno, 77, presidente da CNBB e arcebispo de Aparecida, abrirá o debate com uma pergunta geral para os candidatos. No segundo blog, oito bispos, incluindo o presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler, farão perguntas que incluem a questão indígena.

De acordo com a assessoria da CNBB, os três presidenciáveis mais bem colocados nas últimas pesquisas eleitorais – a presidente Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) – já confirmaram presença no encontro, que acontecerá às 21h30 (horário de Brasília) e será transmitido ao vivo pela TV Aparecida.

Também estarão presentes os candidatos Eduardo Jorge (PV), José Maria Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL) e Pastor Everaldo (PSC). O mediador será o jornalista e apresentador Rodolpho Gamberini.

Marcello Casal Jr/ABr